



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo - Movimentos Sociais e Participação Social: O Estado brasileiro e as estratégias de enfrentamento dos movimentos sociais na atualidade. As lutas e organizações sociais na cidade e no campo. Movimentos populares, movimento sindical, redes de movimentos, mobilização social, ação coletiva: pautas e experiências. A criminalização dos movimentos sociais. A negação dos direitos civis, políticos e sociais. Participação social e as formas de controle social.

**A (in)visibilidade da relação política pública e território:  
expressa na realidade do município de Campinas-SP.**

**Guilherme Siqueira<sup>1</sup>**

**Duarcides Ferreira Mariosa<sup>2</sup>**

**Maria Aparecida Diniz<sup>3</sup>**

**Lais Piceli Siqueira<sup>4</sup>**

**Leonardo Duart Bastos<sup>5</sup>**

**Resumo:** O estudo aborda a prática contemporânea do Serviço Social, destacando a transformação dos valores éticos e políticos da profissão desde o Movimento de Reconceituação (1965-1975). A relação entre políticas públicas, território e movimentos sociais é explorada, especialmente em uma ocupação na região Leste de Campinas, onde a ausência de políticas públicas resulta em invisibilidade social e vulnerabilidades. Nesta, um projeto de intervenção propõe a utilização da arte, como fotografia e grafite, para dar voz aos adolescentes e suas famílias, visando fortalecer o protagonismo e buscar transformações sociais. Como resultado, o estudo destaca a importância do apoio financeiro para concretizar iniciativas como essa.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Movimentos Sociais; Território

Abstract: The study addresses the contemporary practice of Social Work, highlighting the transformation of the ethical and political values of the profession since the Reconception

<sup>1</sup> Mestrando em Sustentabilidade, PUC-Campinas, [siqueira.ssocial@gmail.com](mailto:siqueira.ssocial@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor, Dr. da PUC-Campinas, [duarcides@gmail.com](mailto:duarcides@gmail.com)

<sup>3</sup> Assistente Social, [cidinha@ceicampinas.org.br](mailto:cidinha@ceicampinas.org.br)

<sup>4</sup> Psicóloga, [laispsiqueiraa@gmail.com](mailto:laispsiqueiraa@gmail.com)

<sup>5</sup> Superintendente do CEI, [leonardo.duart@ceicampinas.org.br](mailto:leonardo.duart@ceicampinas.org.br)



Movement (1965-1975). The relationship between public policies, territory, and social movements is explored, particularly in an occupation in the East region of Campinas, where the absence of public policies results in social invisibility and vulnerabilities. In this context, an intervention project proposes the use of art, such as photography and graffiti, to give voice to adolescents and their families, aiming to strengthen their agency and seek social transformations. As a result, the study emphasizes the importance of financial support to concretize initiatives like this.

Keywords: Public policy; Social movements; Territory

## **Introdução**

Entender a prática profissional do Serviço Social nos tempos contemporâneos implica estudar a transformação dos valores éticos e políticos da profissão, juntamente com a compreensão do Movimento de Reconceituação do Serviço Social durante o período de 1965 a 1975, ao qual foi submetido dialeticamente. Este movimento foi o principal responsável por expressar o compromisso com a classe trabalhadora e a construção de uma nova ordem societal.

Conforme observado por Wulfing e Baggenstoss (2016), a década de 1960 foi prolífica para o surgimento de movimentos sociais (Goirand, 2009, p. 327) no mundo ocidental. Inicialmente, esses movimentos surgiram como desafiantes da ordem social predominante e, posteriormente, no final da década de 1970 e início da década de 1980, na América Latina, opuseram-se veementemente às ditaduras militares que persistem no continente (Cardoso, 1983, p. 219).

No âmbito dos Direitos Humanos, decorrente da luta por valores de liberdade, igualdade e fraternidade, a Constituição Brasileira de 1988, estabelecendo o Estado Democrático de Direito, representa os termos mais avançados de garantias de direitos universais e, principalmente, a inclusão do acesso das minorias à participação e à construção direta da nação.

No que diz respeito a esses elementos dialeticamente condicionados, é pertinente inferir uma reflexão sobre a integração da Política Pública de Assistência Social com o território, bem como a implicação dos Movimentos Sociais como elementos que compõem uma realidade decorrente de um sistema desigual de produção e reprodução de relações sociais impostas por uma sociedade de classes.

Estruturalmente, operamos dentro de um sistema econômico, político, cultural, social e ambiental baseado nas estruturas privatistas de propriedade e meios de produção e troca, caracterizado distintamente pela busca incessante de lucro e elementos como livre iniciativa e competição direta entre indivíduos e empresas.



Assim, este estudo tem como objetivo provocar reflexões baseadas em experiências práticas de desenvolvimento de projetos a serem implementados em um território vulnerável na região Leste do município de Campinas, no que diz respeito aos elementos aqui apontados como dialeticamente condicionados e relacionados às políticas públicas e seu vínculo com os movimentos sociais.

A prática do Serviço Social tem evoluído em resposta às transformações sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo. Desde o Movimento de Reconceituação, ocorrido entre 1965 e 1975, até os dias atuais, o Serviço Social tem enfrentado desafios e mudanças significativas em sua prática e abordagem.

Durante a década de 1960, houve uma efervescência de movimentos sociais em todo o mundo ocidental. Esses movimentos emergiram como resposta às injustiças sociais e à opressão sistêmica enfrentadas por diversas comunidades. Na América Latina, esses movimentos assumiram uma forma particular, opondo-se às ditaduras militares que dominavam a região.

A promulgação da Constituição Brasileira de 1988 foi um marco importante na garantia dos direitos humanos e na consolidação da democracia no país. A construção coletiva desta constituição representou um avanço significativo na inclusão social e na participação cidadã, reconhecendo as necessidades das minorias e promovendo a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

Ao analisarmos a relação entre as políticas públicas de assistência social, o território e os movimentos sociais, torna-se evidente, então, a interconexão entre esses elementos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na conscientização e mobilização das comunidades, enquanto as políticas públicas de assistência social devem garantir o acesso igualitário aos recursos e serviços para todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou econômica.

O projeto de intervenção proposto neste estudo busca utilizar a arte como uma ferramenta para empoderar os jovens e suas famílias, dando-lhes voz e visibilidade dentro de suas comunidades. Através da fotografia e do grafite, os participantes poderão expressar suas experiências e perspectivas, promovendo o diálogo e a transformação social.

É crucial reconhecer a importância do apoio financeiro para a implementação de iniciativas como esta. Sem recursos adequados, muitos projetos de intervenção social podem não ser capazes de alcançar seu pleno potencial e impactar positivamente as comunidades às quais se destinam. Portanto, é fundamental que governos, organizações



não governamentais e outros parceiros se comprometam a fornecer os recursos necessários para garantir o sucesso desses projetos.

Em suma, este estudo destaca a importância de compreender as complexas interações entre políticas públicas, território e movimentos sociais na prática do Serviço Social contemporâneo. Ao reconhecer e abordar essas interconexões de forma eficaz, podemos trabalhar juntos para criar mudanças significativas e duradouras em nossas comunidades e sociedade como um todo.

### **Os novos movimentos sociais e as políticas públicas**

Montaño e Duriguetto (2011) destacam que os denominados "Novos Movimentos Sociais (NMS)", surgidos principalmente no meio do século XX, por vezes têm como objetivo ou função complementar as lutas de classes dos movimentos clássicos, enquanto em outras situações são percebidos como alternativas aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda.

Nesta perspectiva, Galvão (2008) aponta que nos anos 90, diferentes movimentos sociais eclodem na cena política latino-americana. Alguns deles não são exatamente novos, mas é nesse momento que se tornam mais expressivos, tornando-se conhecidos para além das fronteiras de seus países de origem.

Biht (1998) destaca os principais elementos positivos dessas "novas" formas de organização da classe trabalhadora, como o destaque dado a temas como questões de gênero, raça, etnia, religião, sexualidade, ecologia e questões relacionadas à reprodução social - como saúde, educação, transporte e moradia coletiva. Isso contribui para demonstrar que as condições de reprodução do capital ultrapassaram sua mera dimensão econômica, alcançando a totalidade das condições sociais de existência.

No contexto brasileiro, observamos nos anos 1990 uma reconfiguração dos novos movimentos sociais, em que, segundo Montaño e Duriguetto (2011. p. 52 ), "muitos movimentos voltaram-se para a ocupação de espaços na dinâmica do campo institucional estatal, como os Conselhos de Direitos". Sob uma perspectiva ultranacionalista de ofensiva neoliberal, o Estado progressivamente abdica de suas responsabilidades na garantia dos direitos sociais, transferindo sua função de organizador, regulador e executor para o chamado "terceiro setor". Os autores enfatizam que o debate em torno do "terceiro setor" parte do pressuposto ideológico de uma realidade social setorizada, onde há uma distinção entre primeiro, segundo e terceiro setores: o Estado, o mercado e a "sociedade civil". Nesse sentido, os Conselhos Municipais representam uma tentativa de garantir um pequeno espaço de participação social popular em sua estrutura.



Os defensores do "terceiro setor" o definem como: a) organizações não lucrativas e não governamentais (ONGs), Movimentos Sociais, organizações e associações comunitárias; b) instituições de caridade e religiosas; c) atividades filantrópicas - como fundações empresariais e filantropia empresarial, que reconhecem a importância da "atividade social"; d) ações solidárias - baseadas na consciência solidária, ajuda mútua e apoio ao próximo; e) voluntariado; e f) atividades eventuais e informais (MONTANÕ, 2002, p. 181).

No entanto, o terceiro setor assume as responsabilidades que seriam do Estado, respondendo às demandas da sociedade. Nesse contexto, destaca-se a relação de controle e participação social, particularmente na Região Metropolitana de Campinas, que, apesar das críticas, representa um espaço de construção popular através das garantias fundamentais de participação da sociedade nesse espaço institucional.

### **Relação política pública e território**

No Brasil, quando discutimos a interação entre sociedade e território, uma parte significativa da população que reside em áreas economicamente desfavorecidas e geograficamente segregadas é amplamente classificada como periférica. Essa classificação é profundamente marcada por fatores socioeconômicos e culturais, delineados por questões políticas, de classe, gênero e raça/etnia, que constituem as bases estruturais para a manutenção da ordem social. Além disso, as expressões da questão social, como acesso à moradia, saúde, educação, saneamento, cultura, lazer e esporte, entre outras necessidades básicas e essenciais, fazem parte do contexto em que essas comunidades estão inseridas, revelando uma lacuna significativa que demanda urgentemente o acesso a políticas públicas

A Ocupação da Capadócia localiza-se na Região Leste de Campinas, mais precisamente na área do Recanto Anhumas, cercada por condomínios e residências de alto padrão. O assentamento teve início em 2013, quando os atuais moradores, provenientes de diversas regiões do Brasil, chegaram e passaram a ocupar o espaço com o propósito de proporcionar uma função social para o território, construindo habitações improvisadas para realizar o sonho da posse de uma moradia própria. Atualmente, a Ocupação da Capadócia abriga 166 famílias, totalizando aproximadamente 700 pessoas.

É importante ressaltar que, ao buscar informações e diagnósticos sobre outras estruturas de políticas públicas, não foram encontrados dados referentes à segurança pública, administração regional, parques, cultura e outras estruturas para atender essa população. Destaca-se ainda que a distância até o único serviço de assistência social básica, o CRAS Anhumas, é de 33 minutos a pé, o que dificulta o acesso da população aos



serviços. Dessa forma, a ocupação permanece invisível aos olhos da sociedade e do Estado. Como consequência dessa invisibilidade, um dos grandes desafios enfrentados é a obtenção de dados precisos sobre essa comunidade, sendo o diálogo com os moradores locais uma das poucas fontes de informação disponíveis.

Diante dessa invisibilidade e ausência de políticas públicas, o único olhar para as crianças e adolescentes do território é o tráfico de drogas e as violências urbanas. Dessa forma, é evidente o impacto direto na vida destes diante da falta de perspectiva de vida, trabalho, lazer, educação, cultura e esporte. Ao chegar à Capadócia, somos tomados pela sensação de que foram “esquecidos”, a água de esgoto corre a céu aberto, ruas de terra, presença de vulnerabilidades e riscos aos moradores são visíveis, casas de madeira, acesso difícil para circularidade, muitas crianças buscando atrativos nas ruas. A fala dos moradores, que os representa, é: *“A Capadócia cuida de si!”*.

Sob a ótica da produção e reprodução das relações sociais postas, observamos com o desenvolvimento das cidades, a construção de espaços e comunidades que se constituíram contrapondo-se às estruturas capitais, culminaram-se assim em territórios que, em especial, não contam com a presença cotidiana do Estado de forma articulada e efetiva, sendo assim, reproduzindo um modelo socioterritorial excludente e marcado diretamente pelas inúmeras vulnerabilidades e violências que são produtos de um sistema insustentável. Diante do contexto desta organização social, nos deparamos com territórios extremamente desprovidos da capacidade de se garantir diretamente a proteção social e integral das famílias que compõem esses espaços.

De acordo com Gohn (2011, p. 335), dada a realidade histórica, os [...] Movimentos Sociais constituem uma fundamental ferramenta de representação, participação, organização e reivindicação de existir em uma sociedade centrada analiticamente na produção e reprodução material da sociedade de classes. São inúmeras as arbitrariedades produzidas por esse sistema político, social, econômico, cultural e ambiental, em que os movimentos sociais populares são parte constitutiva desse processo de transformação social das relações postas.)

Os movimentos sociais são produtos da lógica de dominação plena e das desigualdades produzidas por esse sistema social, sendo eles constitutivos de ações coletivas, organizadas, que atuam em um plano, muitas das vezes de ausência, principalmente estatal desde seus primórdios.

Dialeticamente os movimentos sociais passaram por inúmeras modificações protagonizando avanços e garantindo ao ser social espaço concreto para reivindicação e



elaboração crítica e reflexiva diante das múltiplas expressões da questão social que pauperiza os meios de subsistência do proletariado. Acompanhamos na sociedade as múltiplas formas de organização individual ou coletiva, as distintas motivações, crenças, perspectivas políticas, sociais, ambientais, culturais, de classe, gênero, identidade, étnica, racial, estudantil, religiosa, ou seja, uma variedade múltipla e plural que visa reivindicar, denunciar, transformar e criticar expressões que são produzidas no âmbito da sociedade de classe.

Em resumo, os territórios vulneráveis, assim constituídos, são frequentemente marcados por altos índices de violência, desemprego, vulnerabilidades, pobreza e miséria cultural. Nessa perspectiva, ao nos depararmos principalmente com crianças e adolescentes que fazem parte desses territórios, percebemos uma lacuna significativa que requer acesso direto a políticas públicas. Através da arte, cultura, política e acesso a conhecimentos e experiências para além de suas realidades subjetivas, esses elementos se mostram como instrumentos transformadores da realidade.

**Relato de experiência: Projeto: A (in)Visibilidade urbana e suas histórias - “A Capadócia cuida de si!”**

Ao chegar à Capadócia, somos tomados pela sensação de que foram “esquecidos”, a água de esgoto corre a céu aberto, ruas de terra, presença de vulnerabilidades e riscos aos moradores são visíveis. Nesse sentido, crianças e adolescentes da comunidade são alvos fáceis para serem seduzidos para o uso de SPA, seguido pelo trabalho no tráfico de drogas. Para além da questão posta observamos que essa comunidade se apresenta em situação de vulnerabilidades sociais.

Diante desse cenário, ter um olhar cuidadoso para os adolescentes e o seu grupo familiar em relação a saúde, educação, trabalho, lazer e cultura através da arte tendo a fotografia e o grafite como uma forma de sair da invisibilidade urbana, possibilitando que eles mesmo se apossassem de sua história e a registre.

Nesse contexto, o Projeto "A (in)Visibilidade urbana e suas histórias - 'A Capadócia cuida de si!'" busca promover a participação social e investir na capacitação e no fortalecimento dessa iniciativa, dando voz a esse público e abrindo caminhos para a busca pela equidade e pelo desenvolvimento social, especialmente na comunidade da Capadócia.

Para envolver esse grupo de adolescentes, daremos voz a todas as cores, a todas as pessoas e a todas as vivências, permitindo que eles se percebam como protagonistas de suas próprias histórias. Esse projeto envolverá um grupo de 60 adolescentes de 12 a 18 anos, residentes na comunidade Capadócia e arredores, divididos em grupos de 20 por faixa



etária, participando de oficinas de fotografia e grafite, realizadas em horários matutino e vespertino, conforme a demanda e a disponibilidade dos adolescentes.

A metodologia empregada enfatizará a aprendizagem da linguagem de convivência e autoestima, respeitando as diferenças individuais e culturais no caminho em direção à cidadania. Conhecer o contexto familiar permitirá uma reinterpretação das histórias dos adolescentes, através da oficina "bordando histórias e construindo identidades", incentivando o protagonismo social e comunitário das famílias.

Com este projeto poderemos levar para os adolescente da comunidade da Capadócia, localizada na região leste de Campinas-SP acesso diversificado de elementos que permita-os, por meio das oficinas compreender suas realidades, ampliar e traçar um diagnóstico socioterritorial que permita levar para dentro da comunidade políticas públicas efetivas.

Além disso, essas vivências permitiram às famílias e suas histórias, através do projeto ofertar acessos em espaços de discussão de direitos e pertencimento na composição de conselhos municipais de direitos, permitindo que traga a comunidade a visibilidade necessária, para o protagonismo comunitário, onde a arte e a cultura serão meios de trabalho e identificação das realidades. Ou seja, poderemos proporcionar às crianças e adolescentes, acesso a diversificadas linguagem culturais, seja elas, por meio do grafite, atividades grupais, territoriais e da fotografia, a fim de trabalhar o pertencimento e protagonismo juvenil, o fortalecimento das vivências socioterritoriais e viabilizar para além das fronteiras da invisibilidade social suas vivências.

## **Conclusão**

Em suma, ao apresentarmos esta proposta de trabalho no CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Campinas, com a intencionalidade de provocar reflexões e denúncias acerca da invisibilidade urbana em nosso município, buscamos por meio desta o financiamento de recursos públicos, com a perspectiva de que este seja um projeto piloto a ser executado por todo o município estando também à disposição para ser implantado e executado por outros profissionais que também desejarem.

Esta trata-se de uma proposta articulada por profissionais que trabalham em uma instituição do terceiro setor do município, que busca desta forma realizar ações sócio educacionais, através da arte, para que potencialize os sujeitos que compõem a comunidade da Capadócia podendo dar voz a muitos outros coletivos, considerando que não é uma realidade exclusiva desse território em nosso município, uma vez que Campinas é uma cidade com 1 milhão de habitantes, porém em sua grande maioria abandonada pelo



Estado e invisíveis às políticas públicas. Assim, se faz necessário e urgente para que possamos fortalecer essa comunidade e fomentar o protagonismos a partir da arte e de outras ferramentas metodológicas.

São inúmeros os desafios impostos pela realidade, seja eles os limites institucionais, operacionais, organizacionais, governamentais, que exigem da categoria profissional a necessidade de articulação, criatividade e criticidade a fim de que se drible os desafios cotidianos, garantindo eticamente a ampliação do direito de acesso das populações às políticas públicas e sociais.

Outrossim, como trata-se de um projeto a ser executado esperamos em breve publicizar por meio de relato de experiências, produção de material teórico a publicização de dados referente ao município.

Em síntese, acredita-se que o tipo de conteúdo e as reflexões, aqui propostas, podem trazer contribuições relevantes no que tange ao objetivo traçado para essa análise. Com vistas a proporcionar a possibilidade de reflexão sobre o tema no Brasil, com a possibilidade de fomentar a discussão e para a construção do conhecimento da área.

### **Referências Bibliográficas**

ABREU, Marina Maciel. CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. Disponível em:

<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>

ANDRADE. Daniel Pereira. Os “novos movimentos sociais” e o paradigma das classes: é possível conciliá-los? Estudos de Sociologia. Ver. Do Progr. De Pós Graduação em Sociologia UFPE, v. 13, n. 2, p. 139-151. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235372/28365>.

DURIGUETTO, Ma. L.; ABRAMIDES, Ma. B. (Orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. IN: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo, Cortez, 2014.



GALVÃO, Andréia. Os Movimentos Sociais da América Latina em Questão.  
REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, jul.-dez. 2008.

GOHN, Maria da Glória. Desafios dos Movimentos Sociais no Brasil. SER social,  
Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. 3 Ed.  
São Paulo: Cortez, 2011.